

SUMÁRIO

Capítulo I – DIREITO DO CONSUMIDOR: ORIGENS E FINALIDADE.....	1
1 O século dos novos direitos.....	1
2 Origem do direito do consumidor	2
2.1 A Revolução Industrial	2
2.2 Desenvolvimento tecnológico e científico.....	3
3 Primeiros movimentos pró-consumidor.....	4
3.1 A mensagem do Presidente Kennedy	4
3.2 A atuação da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas	6
4 Primeiras leis consumeristas.....	6
5 Movimentos consumeristas no Brasil.....	6
6 A finalidade do direito do consumidor	7
7 Direito do consumidor ou direito do consumo?.....	8
Capítulo II – O CÓDIGO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.....	9
8 Imperativo constitucional do Estado e direito fundamental do consumidor....	9
9 Campo de aplicação do Código de Defesa do Consumidor	12
9.1 O Código do Consumidor criou um novo direito	13
9.1.1 Lei principiológica	15
9.1.2 A natureza de lei especial do Código do Consumidor.....	17
9.2 As Convenções de Varsóvia, de Montreal e o Código do Consumi- dor	19
9.3 O atual posicionamento do Supremo Tribunal Federal	23
9.4 Considerações sobre o atual entendimento do STF	26
10 Objetivo do Código do Consumidor – art. 4º	35
11 O Código do Consumidor e o Código Civil.....	37
Capítulo III – PRINCÍPIOS DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	41
12 Lei principiológica.....	41
13 Princípios e regras	41

14	Papel dos princípios	43
15	Cláusulas gerais e conceitos indeterminados.....	45
16	O princípio da boa-fé.....	49
16.1	Funções da boa-fé.....	51
17	O princípio da transparência.....	53
18	O princípio da confiança.....	55
19	O princípio da vulnerabilidade.....	57
19.1	Espécies de vulnerabilidade	59
20	O princípio da equidade.....	62
20.1	Conceito multissignificativo.....	63
20.2	Funções da equidade.....	63
20.2.1	Equidade valor.....	63
20.2.2	Equidade integrativa.....	65
20.2.3	Equidade corretiva.....	66
20.3	Limites ao emprego da equidade.....	67
21	O princípio da segurança.....	67
22	Conclusão.....	69
Capítulo IV – A RELAÇÃO JURÍDICA DE CONSUMO E SEUS ELEMENTOS.....		71
23	Relação jurídica.....	71
24	Elementos da relação de consumo: classificação.....	73
25	Consumidor: destinatário da proteção jurídica. Correntes maximalista (objetiva) e finalista (subjativa).....	74
25.1	Corrente finalista (subjativa) mitigada ou aprofundada.....	77
26	A posição do Superior Tribunal de Justiça.....	78
27	Características marcantes do consumidor.....	84
28	A pessoa jurídica como consumidora. Teoria finalista mitigada ou aprofundada.....	84
28.1	Consumidor por equiparação.....	87
29	Fornecedor.....	90
30	Entes despersonalizados.....	91
31	Objeto da relação de consumo: produtos e serviços.....	92
31.1	Produtos. Classificação. Produtos materiais e imateriais. Produtos móveis e imóveis. Produtos duráveis e não duráveis.....	92
31.2	Serviços. Serviços remunerados, aparentemente gratuitos e puramente gratuitos.....	94
32	Serviços públicos.....	95
32.1	Serviços públicos essenciais – princípios da adequação e da continuidade.....	98

32.2	Interrupção do fornecimento do serviço público	99
32.3	A posição do STJ.....	100
33	Serviços bancários, financeiros, de crédito e securitários.....	102
Capítulo V – DIREITOS BÁSICOS DO CONSUMIDOR		107
34	A personalização do consumidor.....	107
35	Direitos básicos.....	108
36	O art. 6º do CDC	109
37	Proteção da incolumidade física do consumidor: direito à segurança – art. 6º, I.....	110
38	Direito à educação para o consumo – art. 6º, II.....	111
39	Direito à informação – art. 6º, III.....	113
39.1	Direito à informação e o dever de informar	114
39.2	Limites do dever de informar.....	116
40	O controle da publicidade – art. 6º, IV, primeira parte	117
41	Proteção contra as práticas e cláusulas abusivas – art. 6º, IV, parte final	119
42	O equilíbrio na relação jurídica de consumo: a proteção contratual.....	119
42.1	Modificação e revisão de cláusulas contratuais: a lesão enorme e a quebra da base do negócio jurídico – art. 6º, V	120
43	Efetivas prevenção e reparação de danos – art. 6º, VI.....	121
44	Facilitação do acesso à justiça e à administração – art. 6º, VII	123
45	Facilitação da defesa dos interesses dos consumidores – art. 6º, VIII.....	123
46	A inversão do ônus da prova.....	123
47	Direito à prestação adequada e eficaz dos serviços públicos em geral– art. 6º, X	125
48	Outros direitos – art. 7º do CDC.....	126
Capítulo VI – O CONTRATO NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.....		129
49	A nova concepção de contrato.....	129
49.1	Contrato de Consumo.....	133
49.2	Neutralidade de conteúdo × orientação de conteúdo.....	134
49.3	Abordagem estática × abordagem dinâmica.....	135
49.4	Antagonismo × cooperação	135
49.5	Atomismo (individualismo) × coletivismo	136
49.6	Abordagem abstrata × abordagem voltada para a pessoa	137
50	Intervencionismo do Estado. Dirigismo legislativo e administrativo	137
51	Dirigismo judicial.....	140
52	Modificação e revisão de cláusulas contratuais. Institutos afins no Código Civil	141

Capítulo VII – A PROTEÇÃO CONTRATUAL DO CONSUMIDOR – FASE PRÉ-CONTRATUAL	149
53 O duplo regime contratual: cível e consumerista	149
54 Fase pré-contratual.....	150
55 A publicidade	151
55.1 Liberdade de expressão publicitária?	152
56 Publicidade e propaganda	154
57 Publicidade e informação.....	154
58 Princípio da identificação da publicidade.....	154
59 Princípio da vinculação contratual da publicidade.....	155
60 Princípio da inversão do ônus da prova	156
61 Princípio da transparência da fundamentação da publicidade.....	156
62 Publicidade enganosa e princípio da veracidade.....	156
63 Tipos de publicidade enganosa.....	158
64 Enganosidade potencial.....	159
65 Consumidor típico	160
66 Publicidade abusiva.....	161
66.1 Publicidade de produtos, serviços e práticas nocivas à saúde e ao meio ambiente – tabaco e bebidas alcoólicas	162
66.2 Responsabilidade pela publicidade enganosa ou abusiva	163
66.3 Erro ou engano na publicidade.....	166
67 A oferta	167
67.1 A oferta integra o contrato – princípio da vinculação.....	169
68 Práticas abusivas	170
Capítulo VIII – A PROTEÇÃO CONTRATUAL DO CONSUMIDOR NA FASE DA FORMAÇÃO DO CONTRATO	173
69 A contratação padronizada	173
70 Disciplina dos contratos de adesão	173
71 Conceito de contrato de adesão.....	174
72 O art. 46 do CDC.....	175
73 Interpretação dos contratos de adesão – art. 47 do CDC	177
74 Direito de arrependimento do consumidor (art. 49). Prazo de reflexão.....	180
75 A garantia legal e a convencional	183
76 Práticas abusivas	189
Capítulo IX – A PROTEÇÃO CONTRATUAL DO CONSUMIDOR NA EXECUÇÃO DO CONTRATO E NA FASE PÓS-CONTRATUAL.....	193
77 Os dois momentos do CDC	193

78	Cláusulas abusivas e causas de revisão do contrato – distinção.....	193
79	Fundamento da abusividade.....	194
80	O abuso do direito e as cláusulas abusivas.....	195
81	A lista de cláusulas abusivas do art. 51.....	199
82	Sistematização das cláusulas abusivas.....	199
83	A cláusula de não indenizar.....	200
84	Campo de aplicação da cláusula de não indenizar.....	201
85	Limitações legais.....	202
86	Cláusula limitativa da indenização.....	203
87	Limitação de indenização para pessoa jurídica.....	204
88	Cláusula de não indenizar e cláusula limitativa de direito. Distinção.....	204
89	A cláusula geral do inciso IV do art. 51.....	206
90	Cláusula abusiva por vantagem exagerada e a lesão.....	207
91	Vantagem exagerada.....	209
92	Cláusulas que restringem direitos ou obrigações fundamentais.....	209
93	Onerosidade excessiva.....	211
94	Cláusula abusiva e prática abusiva.....	212
95	A boa-fé como instrumento de controle de cláusulas contratuais abusivas ...	212
96	A equidade como instrumento de controle de abusividade de cláusulas contratuais.....	213
97	A proteção do consumidor contra as cláusulas abusivas.....	214
98	Preclusão e prescrição.....	215
99	O princípio da manutenção do contrato.....	215
100	A modificação do contrato.....	216
101	A proteção pós-contratual do consumidor.....	216
	101.1 Práticas abusivas.....	218
	101.2 Uso abusivo dos bancos de dados.....	218
	101.2.1 Banco de dados positivo.....	226
	101.3 Cobrança vexatória.....	227
	101.4 Cobrança indevida – repetição do indébito.....	228

Capítulo X – CONTRATOS SUBMETIDOS À DISCIPLINA DO CÓDIGO DO CONSUMIDOR.....	233
102 Conceito de contrato de consumo.....	233
103 O novo regime do CDC.....	234
104 Contratos bancários.....	235
105 A posição do Superior Tribunal de Justiça sobre várias questões.....	240
106 Cartão de crédito.....	246
107 Arrendamento mercantil (<i>leasing</i>).....	255

108	Questões controvertidas	256
109	Contrato de seguro.....	260
	109.1 Conceito e finalidade do seguro	260
110	O risco é o elemento material do seguro.....	262
	110.1 Risco objetivo e risco subjetivo.....	262
111	Mutualismo – o elemento econômico do seguro	263
112	Boa-fé – alma do seguro	263
113	Espécies de seguro	264
	113.1 Seguro de coisas	264
	113.2 Seguro de pessoas	265
	113.3 Seguro de saúde	265
	113.4 Seguro de responsabilidade civil.....	270
114	Incidência do CDC nos contratos de seguro	272
115	Princípios do CDC aplicáveis ao seguro – boa-fé	272
	115.1 O princípio da transparência	275
	115.2 Cláusulas abusivas e cláusulas limitativas de direito do consumidor no seguro.....	276
	115.3 Mora e inadimplemento do segurado.....	279
116	Transporte coletivo.....	281
	116.1 Relevância social e econômica do contrato de transporte	281
117	Características do contrato de transporte	282
118	Incidência do Código do Consumidor no transporte coletivo	282
119	Princípio da segurança.....	284
120	Princípio da indenização integral.....	285
121	Serviços públicos	286
122	Serviços públicos essenciais – princípios da adequação e da continuidade ...	288
123	Interrupção do fornecimento do serviço público	289
124	A posição do STJ.....	290
125	Contratos imobiliários.....	292
126	Contrato de incorporação imobiliária.....	292
	126.1 Obrigação do incorporador.....	292
127	Incidência do Código do Consumidor.....	293
128	Incidência do Código do Consumidor na fase pré-contratual da incorpora- ção.....	294
129	Incidência do Código do Consumidor na fase contratual da incorporação ..	295
130	Incidência do Código do Consumidor quanto à segurança da obra.....	296
	130.1 Solidariedade entre incorporador e construtor	298
131	Incidência do Código do Consumidor quanto à qualidade da obra	299

132	As conclusões do 4º Congresso Brasileiro do Consumidor/BRASILCON.....	300
133	Hipoteca constituída sobre imóvel já prometido à venda e quitado – invalidade	301
134	A cláusula de decaimento.....	302
134.1	Cobrança de juros durante a construção do imóvel	303
135	Contrato de locação	306
136	Relação entre condomínio e condôminos.....	306
137	Contratos eletrônicos.....	306
138	Legislação aplicável	309
139	Prazo de arrependimento	310
Capítulo XI – A RESPONSABILIDADE CIVIL NAS RELAÇÕES DE CONSUMO...		311
140	A problemática dos acidentes de consumo	311
141	O risco do empreendimento ou da atividade empresarial.....	313
142	A sistemática do Código.....	313
142.1	Defeito e vício – distinção	314
143	Fato do produto – acidente de consumo	314
144	O que é defeito?	315
144.1	Tipos de defeitos.....	316
145	O dever de segurança.....	316
145.1	A noção de segurança	317
146	O nexo causal entre o defeito e o dano	319
147	Risco inerente e risco adquirido – distinção.....	319
147.1	Produto perigoso e produto defeituoso	320
147.2	Risco permitido e defeito.....	320
147.3	Defeito de informação e o dever de informar	321
147.4	Limites do dever de informar	323
148	Os responsáveis.....	324
149	A solidariedade passiva no Código de Defesa do Consumidor.....	324
149.1	A solidariedade passiva na responsabilidade pelo fato do produto ou do serviço	325
149.2	A solidariedade passiva nos serviços complexos, produzidos por cadeia de fornecedores	327
150	Responsabilidade subsidiária do comerciante.....	332
151	Fato do serviço.....	333
152	Excludentes de responsabilidade do fornecedor	336
153	O risco do desenvolvimento	343
154	Inversão do ônus da prova <i>ope legis</i>	345
155	Responsabilidade dos profissionais liberais	346
155.1	Sociedades empresárias prestadoras de serviços não se enquadram na regra prescricional destinada aos profissionais liberais	348

156	Consumidor por equiparação.....	352
157	O direito de regresso	354
Capítulo XII – RESPONSABILIDADE PELO VÍCIO DO PRODUTO E DO SERVIÇO.....		
		355
158	Vício e defeito – distinção	355
159	Responsabilidade objetiva	355
160	Vício do produto e vício redibitório – distinção	356
161	Os responsáveis.....	356
162	Vício de qualidade	357
163	Mecanismos reparatórios	358
164	Dano <i>circa rem</i> e <i>extra rem</i>	360
165	Vício de quantidade.....	361
	165.1 Vício conhecido	362
166	Vícios do serviço.....	362
Capítulo XIII – PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA NO CÓDIGO DO CONSUMIDOR		
		363
167	Prescrição e decadência – distinção.....	363
168	A sistemática do CDC.....	366
169	Prescrição	366
170	Causas que suspendem ou interrompem a prescrição	367
171	A prescrição no seguro	368
172	Decadência	369
	172.1 Suspensão da decadência	371
Capítulo XIV – A DEFESA DO CONSUMIDOR EM JUÍZO – TUTELA INDIVIDUAL.....		
		375
173	Importância das garantias processuais	375
174	Competência pelo domicílio do consumidor	376
175	Tutela específica nas obrigações de fazer e não fazer.....	379
176	Vedação de denúncia da lide e um novo tipo de chamamento ao processo	380
177	Inversão do ônus da prova.....	384
	177.1 Ônus e obrigação – distinção.....	385
178	Repartição do ônus da prova	385
179	Ônus da prova no CDC	386
180	Inversão <i>ope judicis</i> . Pressupostos	386
181	Momento da inversão	389
182	Efeitos da inversão.....	391

183	Custeio de produção da prova	392
184	Inversão <i>ope legis</i>	394
185	Desconsideração da pessoa jurídica.....	396
185.1	O art. 28 do CDC.....	397
186	Desconsideração pela má administração	397
186.1	O § 5º do art. 28 do CDC. Divergências	398
187	As teorias maior e menor	399
188	Desconsideração inversa	401
189	Efeitos da desconsideração.....	401
Capítulo XV – A DEFESA DO CONSUMIDOR EM JUÍZO – TUTELA COLETIVA.....		403
190	Interesses e direitos coletivos	403
191	Interesses e direitos difusos.....	406
192	Interesses ou direitos coletivos.....	407
193	Interesses ou direitos individuais homogêneos	408
194	O pedido como fator determinante dos interesses em demanda.....	409
195	Legitimação para as ações coletivas	410
195.1	Legitimação do Ministério Público	410
195.2	Legitimação dos entes políticos e dos órgãos da administração	415
195.3	Legitimação da Defensoria Pública.....	415
195.4	Legitimação das associações	417
196	Competência para as ações coletivas	418
197	A coisa julgada nas ações coletivas.....	421
197.1	Efeitos.....	421
197.2	Efeitos <i>erga omnes</i> nos direitos difusos.....	421
197.3	Efeitos <i>ultra partes</i> nos direitos coletivos	422
197.4	Efeitos <i>erga omnes</i> nos direitos individuais homogêneos	422
198	Aproveitamento da coisa julgada favorável da ação coletiva nas ações individuais	423
199	Liquidação e execução da sentença.....	423
199.1	O art. 100 do CDC.....	426
200	Inocorrência de litispendência	427
201	Limitação territorial dos efeitos das ações coletivas	428
202	Descabimento da assistência em causas coletivas	431
203	Custas processuais e honorários.....	432
204	A inversão do ônus da prova em ação coletiva.....	432
BIBLIOGRAFIA.....		435
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO		441